

AVALIAÇÃO DOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS UTILIZADOS PELAS PACIENTES HIV+ NA UNIDADE DO SAE DO AMBULATÓRIO DE GINECOLOGIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PIENIZ, Carine¹; STOFFEL, Priscila Cella²; ALVES, Lincoln Arystotheles Gewehr Babo³; SILVEIRA, Mariângela Freitas⁴

¹Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Medicina; kkpierrez@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Medicina; pristoffel@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Medicina; lincolnbabo@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas, Departamento Materno Infantil; maris.sul@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Existem inúmeros métodos contraceptivos disponíveis para a população feminina, porém a escolha do método é individual e dependente de fatores como adaptação, condição financeira e conhecimento do método de eleição, além de ser um direito assegurado pela constituição federal. (Ministério da Saúde, 2010).

O manual do Ministério da Saúde para profilaxia da transmissão vertical do HIV (2010) aconselha o uso em todas as pacientes – e especialmente nas infectadas com o vírus - da chamada “dupla proteção”. Esta prevê que, independente do método escolhido (temporário ou definitivo), o casal deverá fazer uso concomitante de preservativo, visando à prevenção da transmissão do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST's). Outro objetivo da dupla proteção é a redução do risco de gravidez indesejada.

Cabe ressaltar que o uso de métodos definitivos está associado à menor utilização de preservativo, visto que não há mais o risco de gravidez. Para Galvão et.al (2004), esse aspecto precisa ser discutido e prestada a devida orientação a todos os casais, especialmente aos infectados pelo HIV, pois há um grande número de pacientes portadores do vírus que optam por esses métodos irreversíveis.

O objetivo do presente trabalho é averiguar os métodos de contracepção mais utilizados pelas pacientes do ambulatório do Sistema de Atendimento Especializado (SAE), bem como a prevalência de métodos irreversíveis.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foram analisados os prontuários das pacientes incluídas no banco de dados do SAE da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, no período de 1998 a 2011. As variáveis avaliadas foram: método contraceptivo usado na data da última consulta ou a última menção a esses métodos incluída no prontuário, data de nascimento da paciente e presença ou não de parceiro fixo (ausência de parceiro fixo incluiu viúvas, solteiras e divorciadas).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 142 prontuários, dentre os quais 75 mencionavam a forma contraceptiva em uso pela paciente. Os dados revelaram que 38,35% das pacientes usavam apenas preservativo como método contraceptivo, 26,02 % realizaram laqueadura tubária (LT), 12,30% faziam uso apenas de anticoncepcional oral (ACO)

e 9,6% utilizavam dupla proteção (ACO e preservativo). O preservativo foi o método anticoncepcional mais usado, seguido pela LT e os ACO's.

Na amostra avaliada, 47,94% não faziam uso de preservativo e destas, 22,85% não tinham parceiro fixo.

Do total de mulheres 75,35% tinham parceiro fixo e 89,02% estavam na faixa etária entre 21 e 50 anos.

As altas taxas de uso de ACO são controversas, pois, segundo o Ministério da Saúde (2008), o uso concomitante com antiretrovirais poderia diminuir a eficácia desses contraceptivos. Os antiretrovirais tem mecanismo de metabolização no fígado e intestino, podendo causar indução ou inibição e conseqüente diminuição da eficácia dos ACO. O atazanavir, por exemplo, causa aumento da concentração sérica dos ACO's, aumentando a chance de toxicidade por esse medicamento, enquanto que o ritonavir causa significativa diminuição dos níveis séricos dos ACO's, não sendo recomendado seu uso nem mesmo associado a outros métodos, pois sua eficácia se anula quando associado a esse antiretroviral. (Ministério da Saúde, 2008).

A baixa utilização do preservativo (52,6%) devido à importância que o método tem na prevenção das DST's, aumenta o risco de transmissão, reinfecção e superinfecção nos portadores do HIV. Isso está relacionado ao fato de poder haver contato sexual com outro tipo de vírus ou por esse contato poder causar aumento da carga viral vaginal. Esses riscos são ainda maiores nas 22,85% das pacientes que não tem parceiro fixo (GALVÃO, 2004; CEJTIN, 2008). No entanto, o uso do preservativo foi 2,6 vezes maior que o número encontrado no PNDS (2006) para a mesma faixa etária.

Os dados do PNDS (2006) revelaram também que 29% das mulheres entre 15 e 49 anos haviam feito LT no país. Entre as pacientes do SAE que foram avaliadas nesta mesma faixa etária 27,8% possuíam LT. Esperava-se que o número de LT's nas pacientes do SAE fosse maior que os números nacionais. Isso por três motivos principais: por serem gestações de alto risco, representando perigo tanto para a paciente como para o futuro concepto; pela possibilidade prevista em lei de realizar o procedimento durante a cesárea (procedimento este reservado a pessoas com cesárea anterior ou portadoras de doença de base que as coloque em risco caso haja uma nova gravidez, como é o caso das portadoras do HIV) e também pelo elevado número de documentos expedidos com esse fim vistos nos prontuários analisados. Esses números, no entanto, não condizem com a realidade, pois grande parte das mulheres desiste do procedimento no ato da cesárea ou por não haver tempo hábil para realizá-lo. Dessa forma, a hipótese sobre um maior número de LT's existente nas pacientes do SAE não se confirmou.

4 CONCLUSÃO

A discussão sobre qual método anticoncepcional deve ser utilizado nas usuárias do ambulatório do SAE deve ser revista, pois há baixa utilização de preservativo, método o qual é de grande importância nessas pacientes.

Também se percebeu que os indicadores do uso de método definitivo ficaram abaixo do esperado, uma vez que a redação de laudos para realização de laqueadura é uma vivência comum no dia-a-dia deste ambulatório. Apesar disso, por motivos alheios, muitos desses pedidos não são efetivados. Isso motiva a continuação da observação dessas pacientes para que novas explicações sejam explicitadas.

5 REFERÊNCIAS

AMARAL, Eliana; VISCOLA, Marco Aurélio Martino; BAHAMONDES, Luis. Contracepção hormonal e anti-retrovirais em mulheres infectadas pelo HIV. **Rev Bras Ginecol Obstet.** 28(11): 680-4, 2006.

CEJTIN, Helen E. *Gynecologic issues in the HIV-infected woman.* **Infect Dis Clin North Am.** Chicago, 22(4): 709–vii. doi: 10.1016/j.idc, 2008

GALVÃO, Marli. T.Gimenez, CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos, MACHADO, Jussara Marcondes. Contraceptive measures and HIV transmission protection among women with HIV/AIDS. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, 38(2): 194-200, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Recomendações para terapia anti-retroviral em adultos e adolescentes infectados pelo HIV 2007/2008. Brasília, 2008

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Recomendações para profilaxia da transmissão vertical do HIV e terapia antiretroviral em gestantes. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006 (PNDS). Brasília, 2009.